

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandei Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

Samanda Silva da Rosa

Universidade Federal do Rio Grande

Rio Grande - Rio Grande do Sul

Tiarajú Alves de Freitas

Universidade Federal do Rio Grande

Rio Grande - Rio Grande do Sul

Daniele Mendes Caldas Antunes

Universidade Federal do Rio Grande

Rio Grande - Rio Grande do Sul

RESUMO: O Brasil é caracterizado por um processo histórico de desenvolvimento concentrado nos grandes centros. Este artigo busca descrever o nível de empreendedorismo dos 496 municípios gaúchos no ano de 2010 e relacioná-lo com o grau de desenvolvimento socioeconômico de cada localidade. Para verificar este fenômeno, utilizou-se os indicadores de 2010 mesurados pelo Índice de Desenvolvimento Municipal para a Micro e Pequena Empresa (IDMPE) do Sebrae e pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) da Firjan. Adotou-se a metodologia de Análise Exploratória de Dados (AED) e o coeficiente de correlação de Pearson. Encontrou-se indicações de uma alta correlação entre as variáveis empreendedorismo (medido pelo Sebrae) e o desenvolvimento local (medido pela Firjan).

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo,

Desenvolvimento Local, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: Brazil is characterized by a historical process of development concentrated in large centers. This article seeks to describe the entrepreneurship level of the 496 Gaucho municipalities in the year 2010 and to relate it to the degree of socioeconomic development of each locality. To verify this phenomenon, we used the 2010 indicators measured by the Municipal Development Index for Micro and Small Enterprise (IDMPE) of Sebrae and Firjan Municipal Development Index (IFDM) of Firjan. The methodology of Exploratory Data Analysis (AED) and the Pearson correlation coefficient were adopted. There were indications of a high correlation between the variables entrepreneurship (measured by Sebrae) and local development (measured by Firjan).

KEYWORDS: Entrepreneurship, Local Development, Rio Grande do Sul.

1 | INTRODUÇÃO

A história brasileira se destaca por um processo de urbanização e industrialização concentrado nas capitais e em regiões metropolitanas. Devido a isso, as cidades de médio, pequeno porte e mais afastadas das capitais encontram dificuldades para atrair

investimentos das indústrias e outros setores geradores de emprego e renda. Processo este que causa prejuízos à comunidade local, que, muitas vezes, precisa se deslocar a outros municípios por melhores oportunidades de trabalho.

Pesquisas recentes ressaltam o empreendedorismo como fonte de crescimento e desenvolvimento econômico, criação de emprego e pelo fato de trazer benefícios para a economia. O termo empreendedorismo, em alguns trabalhos é relatado como auto emprego, criação de novas empresas ou relacionado às atividades de *start-up*, tem atraído a atenção não apenas de economistas, *policy-makers* ou estudiosos da dinâmica industrial, mas também de pesquisadores ligados ao campo do crescimento e desenvolvimento econômico (AGHION et al., 2009; IYIGUN; OWEN, 1999; TAMVADA, 2008).

Nos Estados Unidos e em países da Europa, os *policy-makers* entendem que um maior estímulo ao empreendedorismo é primordial para culminar níveis maiores de crescimento econômico e inovação. Por certo, os estudos empíricos salientam implicações positivas entre empreendedorismo, crescimento econômico e inovação (VAN PRAAG; VERSLOOT, 2007). Uma das hipóteses mais estimadas e aceitas que destacam a importância econômica do empreendedorismo foi evidenciada por Schumpeter (1911). Segundo Oosterbeek et al. (2010), os empreendedores aspiram possibilidades de lucro e, portanto, ao inserir “novas combinações” ou inovações, as mesmas são a motivação essencial de desenvolvimento endógeno no sistema econômico.

Baumol (2000), pressupõe que o empreendedorismo estará cada vez mais sujeito ao reconhecimento da teoria econômica. No que lhe concerne, Solow (2007), salienta a relevância de compreender o empreendedorismo propriamente por fazer o *link* entre entendimento tecnológico e inovações na produção, adicionando, assim, o poder explicativo da teoria do crescimento econômico.

Para evitar a migração para os grandes centros, e a inércia econômica dos municípios, é substancial que as cidades periféricas encontrem alternativas para o desenvolvimento sustentável. O empenho da sociedade local é indispensável nesse seguimento, que se tornarão efetivos e eficazes se receberem apoio de arranjos institucionalizados conduzidos pelo poder público. O encorajador ao empreendedorismo se agrega nesses arranjos e pode ser uma possibilidade para os governos promoverem o desenvolvimento local.

Dado a relevância do assunto, o objetivo deste trabalho é analisar o Índice de Desenvolvimento Municipal para a Micro e Pequena Empresa (IDMPE) dos 496 municípios gaúchos e comparar o desempenho de cada localidade com outros indicadores sociais que compõem o Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com o intuito de responder à seguinte questão: o empreendedorismo pode auxiliar no desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul?

O estudo é relevante porque pretende verificar a relação entre dois indicadores recentes, disponíveis para os municípios do Rio Grande do Sul e, a partir daí, buscar

uma alternativa de política pública de desenvolvimento local. Na sequência deste artigo, a seção dois apresenta-se uma revisão de literatura que discorre sobre os determinantes do empreendedorismo. Na seção três, os dados e os procedimentos metodológicos são expostos. Consecutivamente, os resultados são descritos e discutidos na seção quatro, para finalmente, apresentarmos as considerações finais na seção 5.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil, em virtude de sua dimensão continental, defronta amplos desafios para impulsionar o desenvolvimento em seu território. Dificuldades que surgiram durante o período da colonização portuguesa. Conforme Figueiredo e Leite (2006), esse período foi definido pela criação de poucos centros regionais que tinham vínculo direto com a coroa portuguesa e pouca ligação com outras colônias brasileiras.

Segundo Macedo et al. (2002) constituem um histórico do desenvolvimento regional da economia brasileira fundado em quatro etapas circunscritas por Antonio Carlos Galvão e Ronaldo Vasconcelos (1999): isolamento relativo ou arquipélago regional, articulação comercial, articulação produtiva e desenvolvimento regional difuso. A primeira etapa refere-se aos sistemas de exportação de produtos manufaturados pelas diversas regiões brasileiras entre o século XVI até o início do século XX. Posteriormente, o Brasil passou por um período de industrialização, aglomerada na região Sudeste do território nacional. Desde a década de 1970, inicia a fase de articulação produtiva, com a dispersão espacial das atividades econômicas (MACEDO et al. 2002).

A etapa final, iniciada na década de 1980, é frisada pela emergência de “ilhas de produtividade”: os municípios que já tinham um desenvolvimento notável continuaram a atrair novos investimentos. Conforme afirma Diniz (1995), no caso do Brasil, o agrupamento industrial prévio e o desequilíbrio do potencial de pesquisa e de renda impossibilitam um desenvolvimento de dispersão industrial para as regiões pobres ou sem indústrias. Sendo assim, não há dúvidas de que condições favoráveis para a localização de atividades que utilizam alta tecnologia estão predominantemente no Estado de São Paulo e posteriormente no corredor que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre.

3 | METODOLOGIA

Utilizou-se a técnica de Análise Exploratória de Dados (AED), que consiste na coleta, análise, tratamento e descrição de um conjunto de dados. Segundo Nist (2001 apud CUNHA et al., 2002), a AED permite aprofundar a análise sobre um conjunto de dados, investigar hipóteses sobre a estrutura dos dados, detectar *outliers* (dados

anormais ou inconsistentes) e verificar as relações entre as variáveis utilizadas.

3.1 Correlação Linear de Pearson

A metodologia frequentemente utilizada para medir a correlação entre duas variáveis é o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, também conhecido como Coeficiente de Correlação do Momento Produto. Este foi o primeiro método de correlação, estudado por Francis Galton e seu aluno Karl Pearson, em 1975 (SCHULTZ e SCHULTZ, 1999).

Este coeficiente de correlação populacional (parâmetro) ρ sua estimativa amostral $\hat{\rho}$ estão relacionados com a distribuição normal bivariada e varia entre -1 e 1. O Cálculo do coeficiente de correlação de Pearson se dá por:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} \quad (1)$$

$$\rho = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(x) \cdot \text{var}(y)}} \quad (2)$$

Onde: x_1, x_2, \dots, x_n e y_1, y_2, \dots, y_n são os valores medidos de ambas as variáveis.

A interpretação do coeficiente quando $\hat{\rho}=1$ que existe correlação linear perfeita entre as variáveis X e Y. A correlação é linear perfeita positiva quando $\hat{\rho}=1$ e linear perfeita negativa quando $\hat{\rho}=-1$. Quando se tem $\hat{\rho}=0$, não existe correlação linear entre as variáveis X e Y. Entretanto, na prática ocorrem diferentes valores de $\hat{\rho}$. A interpretação do valor de $\hat{\rho}$ depende muito dos objetivos de sua utilização e as razões pelas quais é calculado. Segundo CALLEGARI-JACQUES (2003), o coeficiente de correlação pode ser avaliado qualitativamente da seguinte forma:

Se $0,00 < |\hat{\rho}| < 0,30$, positivo ou negativo, existe fraca correlação linear;

Se $0,30 < |\hat{\rho}| < 0,60$, positivo ou negativo, existe moderada correlação linear;

Se $0,60 < |\hat{\rho}| < 0,90$, positivo ou negativo, existe forte correlação linear;

Se $0,90 < |\hat{\rho}| < 1,00$, positivo ou negativo, existe correlação linear muito forte.

3.2 Base de dados

Para realizar o trabalho, foi utilizada para a totalidade dos municípios gaúchos no ano de 2010 (496), dois indicadores, ambos de 2010: o Índice de Desenvolvimento Municipal para a Micro e Pequena Empresa (IDMPE) do Sebrae e o Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

O IDMPE foi criado pelo Sebrae, em 2008, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), preparado pela Organização das Nações Unidas (ONU) (SEBRAE, 2011). O indicador foi implementado em parceria com o Instituto Brasileiro da Qualidade

e Produtividade (IBQP), e é formado por três subíndices:

Índice de Desenvolvimento Empresarial (IDE), que mede o clima de negócios dentro do município;

Índice de Desenvolvimento de Mercado (IDM), capta a movimentação do mercado consumidor;

Índice de Desenvolvimento Institucional (IDI), que indica as condições socioeconômicas e de infraestrutura existentes na localidade.

Resumidamente, os itens componentes de cada um dos subindicadores são demonstrados na Tabela 1.

IDE	PIB real
	Variação do PIB real em relação ao ano anterior
	Taxa de inatividade (estabelecimentos sem vínculos empregatícios)
	Taxa de criação de estabelecimentos formais
IDM	Taxa de criação de empregos
	Valor adicionado fiscal do comércio
	Massa salarial
	Variação da massa salarial em relação ao ano anterior
	População
IDI	Renda per capita em R\$ correntes
	Grau de geração de recursos próprios municipais
	Pessoal ocupado em C&T
	IDEB
	Agências de Correios
	Agências bancárias
	Associativismo
Mecanismo de apoio à MPE	

Tabela 1 – Variáveis dos componentes do IDMPE

Fonte: SEBRAE, 2011.

Para investigar as condições sociais e econômicas de cada cidade, foi adotado o IFDM (FIRJAN, 2012), que acompanha três áreas de desenvolvimento: Emprego e renda; Educação; Saúde.

Cada componente é medido conforme as variáveis apresentadas na Tabela 2.

Emprego e Renda	Geração de emprego formal
	Estoque de emprego formal
	Salários médios do emprego formal
	Educação
IDEB	Taxa de matrícula na educação infantil
	Taxa de abandono
	Taxa de distorção idade-série
	Porcentual de docentes com ensino superior
	Média de horas-aula diárias
Saúde	Número de consultas pré-natal
	Óbitos por causas mal definidas
	Óbitos infantis por causas evitáveis

Tabela 2 – Variáveis dos componentes do IFDM Emprego e renda

Fonte: FIRJAN (2012).

Sobre o índice de desenvolvimento escolhido para o trabalho, reporta-se que o IFDM é um entre aqueles atualmente utilizados no Brasil. A escolha por ele se deve a alguns benefícios apresentados em relação aos demais. O IDH municipal (IDH-M), o mais reconhecido, tem menor periodicidade, e utiliza exclusivamente as informações dos censos populacionais, realizados decenalmente.

Com o uso da técnica AED, observou-se que o gráfico de dispersão com base nos dados apresentou a *outliers* e, oito cidades apresentam informações incompletas e foram excluídas do estudo.

4 | RESULTADOS

4.1 Correlação de Pearson Estadual

A correlação simples entre as duas variáveis indica a existência de uma correlação positiva entre o ambiente favorável às micros e pequenas empresas (IDMPE) e ao desenvolvimento das cidades (IFDM), como se pode constatar nos resultados apresentados na Tabela 4. Conforme a literatura supracitada, esta correlação pode ser classificada como forte ($\rho = 0,7689$) para o estado do Rio Grande do Sul.

Este artigo trata das relações entre a taxa de empreendedorismo, seus determinantes e consequências. O modelo que relaciona antecedentes demográficos, culturais, econômicos e institucionais do empreendedorismo com a taxa de formação de novas empresas e com a renda per capita e o índice de desenvolvimento humano foi proposto e testado usando dados municipais do estado do Rio Grande do Sul. Evidências foram encontradas de que variáveis institucionais, econômicas e

demográficas determinam a taxa de empreendedorismo.

Os resultados apresentam concordância com o estudo de Canever et al. (2010), onde abordaram a taxa de empreendedorismo, seus determinantes e consequências. O modelo que relaciona antecedentes demográficos, culturais, econômicos e institucionais do empreendedorismo com a taxa de formação de novas empresas e com a renda per capita e o índice de desenvolvimento humano foi proposto e testado usando dados municipais do estado do Rio Grande do Sul. As conclusões apontam para a correlação entre esses indicadores. Além de atestar que o empreendedorismo promove efeitos diretos na renda *per capita* e no desenvolvimento humano, os autores concluíram que há ainda outros efeitos indiretos a ser estudados.

Em outras pesquisas sobre a relação entre empreendedorismo e crescimento econômico os resultados foram variados, como as de Barros e Pereira (2008) e Fontenele et al. (2011). Todavia, vale contatar que a taxa de empreendedorismo, medido pela proporção de trabalhadores por conta própria na população economicamente ativa, foi relacionada ao nível de desemprego e crescimento do PIB. As conclusões deles apontaram o empreendedorismo é uma medida importante para garantir renda em ambiente de desemprego.

4.2 Correlação de Pearson para os Municípios

Além do cálculo da correlação de Pearson para o Estado, foi calculada a Correlação de Pearson para cada município do estado do Rio Grande do Sul. Ao todo foram utilizadas 488 observações, pois 8 municípios não apresentaram todos os dados e foram considerados *outliers*. Levando em consideração que os dados são do ano de 2010.

Desse total, 379 municípios do estado do Rio Grande do Sul apresentaram correlação de Pearson positiva acima de 0,9 entre as variáveis, portanto, muito forte. Na tabela 3, seguem os resultados de 40 dos 379 municípios com correlação de Pearson muito forte.

Município	$ r^2 $	Município	$ r^2 $
Barros Cassal	0,9999	Girúá	0,9997
Boqueirão do Leão	0,9999	Gramado Xavier	0,9997
Cruzeiro do Sul	0,9999	Guaporé	0,9997
Feliz	0,9999	Soledade	0,9997
Progresso	0,9999	Uruguaiana	0,9997
Santiago	0,9999	Ibirapuitã	0,9996
Santo Antônio do Palma	0,9999	Ipiranga do Sul	0,9996
São Luiz Gonzaga	0,9999	Palmitinho	0,9996
São Sebastião do Caí	0,9999	Pouso Novo	0,9996
São Sepé	0,9999	São Pedro do Butiá	0,9996
Trindade do Sul	0,9999	Quevedos	0,9995
Casca	0,9998	Santo Antônio do Planalto	0,9995
Coronel Bicaco	0,9998	São João da Urtiga	0,9995

Marques de Souza	0,9998	Tapes	0,9995
Paraíso do Sul	0,9998	Arroio dos Ratos	0,9994
Santo Antônio das Missões	0,9998	Cerro Branco	0,9994
São Paulo das Missões	0,9998	Chувиска	0,9994
Três Cachoeiras	0,9998	Lajeado do Bugre	0,9994
Condor	0,9997	Paraí	0,9994
Cotiporã	0,9997	Engenho Velho	0,9993

Tabela 3: Correlação de Pearson Positiva Muito Forte

Fonte: Elaborado pelos autores

Ainda sobre a correlação muito forte, o município de Não-Me-Toque, foi o único município do estado que apresentou correlação negativa muito forte, entre -1 e -0,9. Isso indica que, quando uma variável aumenta a outra diminui, necessariamente. Seu valor de $|\hat{\rho}| = -0,978$.

Um total de 76 municípios no estado do Rio Grande do Sul apresentou correlação de Pearson positiva e forte, com valores entre 0,6 e 0,9. E um total apenas o município de Esteio com $|\hat{\rho}| = -0,8334$ apresentou correlação negativa forte, com valor entre -0,6 e

-0,9. A tabela 4 apresenta os resultados da correlação de Pearson forte, para as 76 cidades que apresentaram os valores mais próximos de 1.

Município	$ \hat{\rho} $	Município	$ \hat{\rho} $
Colinas	0,8931	Candiota	0,7968
Vanini	0,8901	Guaíba	0,7963
Montenegro	0,8897	Nova Hartz	0,7922
São Lourenço do Sul	0,8876	Glorinha	0,7907
Centenário	0,8853	Riozinho	0,7888
Tupanci do Sul	0,8837	Butiá	0,7886
Itati	0,8779	Novo Machado	0,7835
Bom Princípio	0,8771	Camaquã	0,7761
Ametista do Sul	0,8769	Xangri-lá	0,7759
Charqueadas	0,8758	Santa Rosa	0,7740
Arroio do Sal	0,8693	São José do Inhacorá	0,7736
Lajeado	0,8671	Santa Cruz do Sul	0,7710
Gaurama	0,8652	Campinas do Sul	0,7682
São Gabriel	0,8635	Triunfo	0,7625
São Vicente do Sul	0,8607	Três Arroios	0,7603
Cruzaltense	0,8578	Jacutinga	0,7534
Crissiumal	0,8570	Monte Alegre dos Campos	0,7450
Muçum	0,8547	Carlos Barbosa	0,7404
Pinheiro Machado	0,8500	Roque Gonzales	0,7321
Vila Flores	0,8440	Nova Bassano	0,7203

Jaquirana	0,8405	Tapejara	0,7174
Hulha Negra	0,8364	Portão	0,7137
Coqueiro Baixo	0,8357	Maximiliano de Almeida	0,7058
Estância Velha	0,8336	Pedras Altas	0,6910
Ibiaçá	0,8308	Osório	0,6900
Santana da Boa Vista	0,8297	Iraí	0,6762
Ibiraiaras	0,8282	Itaara	0,6745
Tunas	0,8276	Taquara	0,6640
São Jorge	0,8252	Porto Alegre	0,6635
Capão do Leão	0,8250	Tupanciretã	0,6575
Campo Novo	0,8238	Três Coroas	0,6397
Capão da Canoa	0,8191	Gravataí	0,6354
Porto Mauá	0,8191	Putinga	0,6289
Nova Santa Rita	0,8123	São Borja	0,6251
São Jerônimo	0,8089	Maçambará	0,6165
Júlio de Castilhos	0,8051	Igrejinha	0,6148
Viadutos	0,8040	Bagé	0,6128
Jaguari	0,7985	Itaqui	0,6110

Tabela 4: Correlação de Pearson Positiva Forte

Fonte: Elaborado pelos autores

Sobre a correlação moderada, onde a correlação se concentra entre o intervalo 0,3 e 0,6. Um total de 14 municípios apresentaram correlação positiva e 3 municípios apresentaram correlação negativa. Conforme a tabela 5.

Positiva		Negativa	
Município	$ r^c $	Município	$ r^c $
Capão Bonito do Sul	0,597	Barão	-0,358
São José do Ouro	0,587	Bom Jesus	-0,392
Viamão	0,583	Barra Funda	-0,576
Parobé	0,530		
Bento Gonçalves	0,507		
Harmonia	0,476		
Nova Boa Vista	0,452		
Passo Fundo	0,433		
Nova Petrópolis	0,429		
São Leopoldo	0,429		
Linha Nova	0,416		
Cachoeirinha	0,366		
Alvorada	0,338		

Tabela 5: Correlação de Pearson Moderada

Fonte: Elaborado pelos autores

E a correlação fraca se faz presente em 14 municípios no estado do Rio Grande do Sul, onde o intervalo é entre -0,3 e 0,3. Conforme tabela 6.

Município	$ \rho $
Garruchos	0,297
Vista Gaúcha	0,216
Caxias do Sul	0,162
Muitos Capões	0,144
Erechim	0,134
Rio Grande	0,093
Novo Hamburgo	0,084
Santa Maria	-0,002
Pelotas	-0,059
Eldorado do Sul	-0,099
Vacaria	-0,226
Santana do Livramento	-0,232
Canoas	-0,234
Sapucaia do Sul	-0,284

Tabela 6: Correlação de Pearson Positiva Muito Forte

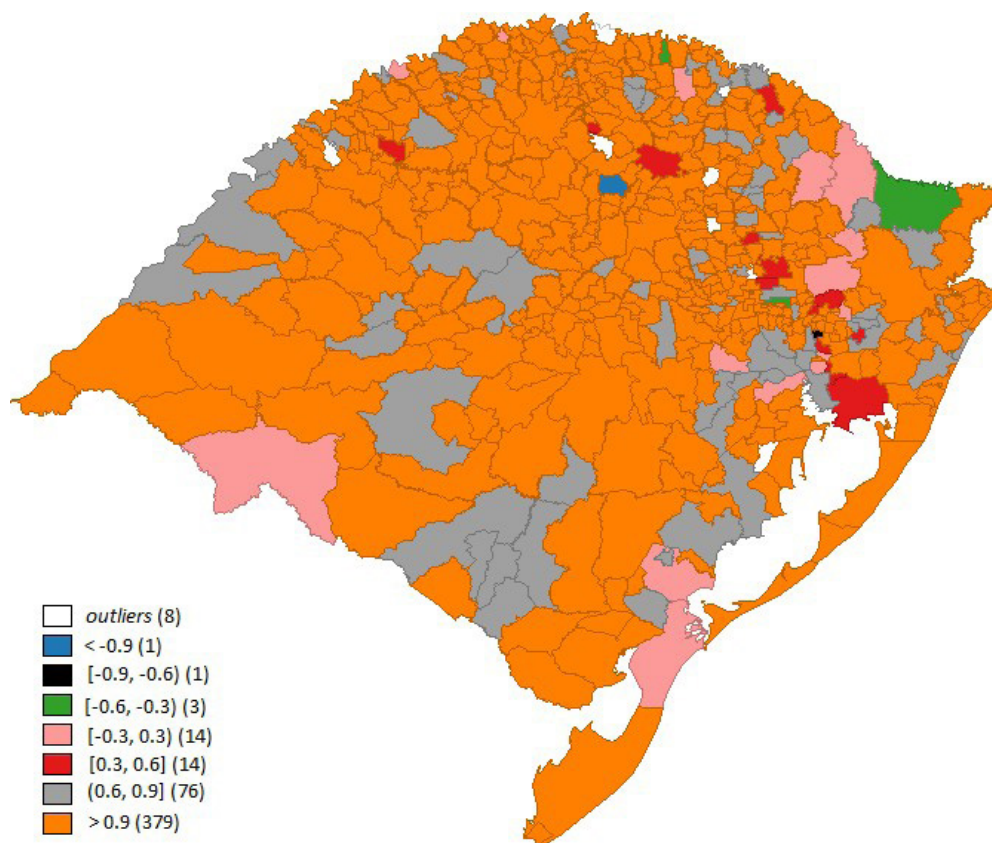
Fonte: Elaborado pelos autores

Outra preocupação do presente artigo é com a visualização espacial dos resultados da correlação de Pearson, apresentando um mapa para os 496 municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Para encontrar os intervalos da legenda do mapa foi utilizando os intervalos determinados pela literatura sobre correlação de Pearson. Destacando que 8 municípios são considerados *outliers* e foram representados com a cor branca.

Os municípios em laranja são os que apresentam correlação positiva muito forte, totalizando 379 municípios nesse intervalo. Os municípios na cor cinza, ficam no intervalo com índice de 0,6 até 0,9, totalizando 76 municípios nesse intervalo. O intervalo da cor vermelho contém o intervalo de 0,3 até 0,6, abrangendo 14 municípios. O intervalo de cor rosa é sobre a correlação de Pearson fraca, entre -0,3 e 0,3. Para a correlação de Pearson moderada negativa, a cor que representa o intervalo entre -0,3 e -0,6 é verde. A cor preta representa o intervalo entre -0,6 e -0,9 e a correlação de Pearson negativa forte, abrangendo apenas 1 município. Por fim, a cor azul, representa

a cidade com correlação de Pearson negativa muito forte, ou seja, com intervalo $<-0,9$.



Mapa para Correlação de Pearson o Estado do RS em 2010

Fonte: Elaborado pelos autores através do *software* GeoDa.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo era analisar as relações entre o empreendedorismo e o desenvolvimento nas cidades. Mais especificamente, observar se o ambiente favorável ao empreendedorismo tem alguma ligação com as cidades com maior índice de desenvolvimento.

Ao analisar os resultados percebe-se uma relação positiva entre as duas situações, indicando que os municípios que incentivam o empreendedorismo têm mais chances de se desenvolverem socioeconomicamente, e vice-versa. Relação essa relação é ainda mais forte ao se analisar os municípios individualmente.

É importante ressaltar o modelo proposto nesta pesquisa possui limitações. O IDMPE também está disponível para todos os estados brasileiros. Ele foi desenvolvido pelo Sebrae–Paraná e reproduzido em alguns outros estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Pará (SEBRAE, 2011).

Há limitação se refere à correlação linear, uma vez que ela não é prova de causa e consequência do desenvolvimento ou empreendedorismo de determinada região, apenas ressalta a relação entre duas variáveis. Logo, não fica provado que o incentivo ao empreendedorismo concebe obrigatoriamente desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

AGHION, Philippe et al. The effects of entry on incumbent innovation and productivity. **The Review of Economics and Statistics**, v. 91, n. 1, p. 20-32, 2009

AUDRETSCH, David; KEILBACH, Max. Entrepreneurship capital and economic performance. **Regional studies**, v. 38, n. 8, p. 949-959, 2004.

BAUMOL, William J. What Marshall didn't know: on the twentieth century's contributions to economics. **The quarterly journal of economics**, v. 115, n. 1, p. 1-44, 2000.

CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Artmed Editora, 2009.

CANEVER, Mario Duarte et al. Entrepreneurship in the Rio Grande do Sul, Brazil: the determinants and consequences for the municipal development. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 1, p. 85-108, 2010.

DE BARROS, Aluizio Antonio; DE ARAÚJO PEREIRA, Cláudia Maria Miranda. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. **Revista de administração contemporânea**, v. 12, n. 4, p. 975-993, 2008.

DE FIGUEIREDO, Marina Dantas; LEITE, Emanuel Ferreira. Cidades Empreendedoras: as novas visões sobre planejamento urbano e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 12, n. 5, 2006.

DE MATOS MACEDO, Mariano; VIEIRA, Viviane Fielder; DE AZEVEDO MEINERS, Wilhelm Eduard Milward. Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 103, p. 5-22, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. 1995.

FIRJAN. IFDM Edição 2012 – Ano Base 2010. Disponível em:

<<http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumChannelId=4028818B3AD121E0013AD19509E21CB1>> Acesso em: 1 fev. 2019.

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira; DE MOURA, Heber José; LEOCADIO, Áurio Lúcio. Capital humano, empreendedorismo e desenvolvimento: evidências empíricas nos municípios do Ceará. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 12, n. 5, 2011.

GALTON, Francis. I. Co-relations and their measurement, chiefly from anthropometric data. **Proceedings of the Royal Society of London**, v. 45, n. 273-279, p. 135-145, 1889.

IYIGUN, Murat F.; OWEN, Ann L. Entrepreneurs, professionals, and growth. **Journal of Economic Growth**, v. 4, n. 2, p. 213-232, 1999.

LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. **Revista Interface (Porto Nacional)**, n. 05, 2012.

NIST - NATIONAL INSTITUTE OF STANDARDS AND TECHNOLOGY. Statistics for Scientists & Engineers: exploratory data analysis. Disponível em: <http://www.itl.nist.gov>.

OOSTERBEEK, Hessel; VAN PRAAG, Mirjam; IJSSELSTEIN, Auke. The impact of entrepreneurship

education on entrepreneurship skills and motivation. **European economic review**, v. 54, n. 3, p. 442-454, 2010.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sidney Ellen. História da Psicologia Moderna, 14ª edição. 1999.

SEBRAE. Índice de desenvolvimento municipal para a micro e pequena empresa: Paraná: 2009/2010. Curitiba: SEBRAE/PR, 2011. 99 p.

SOLOW, Robert M. The last 50 years in growth theory and the next 10. **Oxford review of economic policy**, v. 23, n. 1, p. 3-14, 2007.

TAMVADA, Jagannadha Pawan. What Determines Self-employment Choice in India?. In: **Sustaining Entrepreneurship and Economic Growth**. Springer, New York, NY, 2008. p. 77-83.

VAN PRAAG, C. Mirjam; VERSLOOT, Peter H. What is the value of entrepreneurship? A review of recent research. **Small business economics**, v. 29, n. 4, p. 351-382, 2007.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

